

## ANDAR E NEGOCIAR PAISAGENS: CONSTRUINDO A ALDEIA IBIRAMÃ KIRIRI DO ACRÉ

FERNANDA BORGES HENRIQUE

**RESUMO** O povo Kiriri do Acré habita o sul de Minas Gerais desde 2017, quando dezesseis famílias deixaram a aldeia Kiriri de Barra, na região oeste da Bahia, para ocupar uma terra no bairro Rio Verde, zona rural do município de Caldas/MG. Como este artigo apresenta, as famílias kiriri andam e fazem circular elementos que compõem as paisagens por onde passam e, assim, constroem seu território, de forma que negociar, caminhar, conhecer e interagir com o mundo é uma forma de habitá-lo. As paisagens, portanto, são vivas, dizendo respeito ao movimento da vida. Este artigo pretende demonstrar como as paisagens são percebidas e interagem com os Kiriri do Acré.

**PALAVRAS - CHAVE** Kiriri do Acré, terra, territorialidade, paisagem.

## WALKING AND NEGOTIATING LANDSCAPES: BUILDING THE IBIRAMÃ KIRIRI OF ACRÉ VILLAGE

**ABSTRACT** The Kiriri do Acré people have been living in the South of Minas Gerais since 2017, when sixteen families left the Kiriri village of Barra, in the western region of Bahia, to occupy land in the Rio Verde neighborhood, a rural area in the municipality of Caldas/MG. This article highlights that Kiriri's families circulate and circulate elements that compose the landscapes wherever they go and, thus, build their territory, so that negotiating, walking, getting to know, and interacting with the world is a way of inhabiting it. The landscapes, therefore, are alive, referring to the movement of life. This article aims to demonstrate how landscapes are perceived and interact with the Kiriri do Acré.

**KEYWORDS** Kiriri do Acré, land, territoriality, Landscape

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

1 Este artigo é um desdobramento de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sob o processo nº 2020/10485-5.

2 O modo itálico será utilizado para fazer referências às categorias utilizadas por interlocutores. Neste caso, *bairro* é a forma como os locais se referem à comunidade rural do Rio Verde, lugar em que vivem. Nos contextos rurais do Sudeste brasileiro, *bairro* é uma categoria que organiza “grupos de vizinhança, cuja relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal” (QUEIROZ, 1973, p. 195).

3 Seguindo o que sugere De la Cadena (2015), propomos utilizar a terminologia “outros-que-humanos” para tratar da diversidade de seres que habitam o cosmos kiriri.

Em março de 2017, dezesseis famílias vindas da aldeia Kiriri de Barra, no município de Muquém do São Francisco, região oeste da Bahia, ocuparam uma terra no sul de Minas Gerais, no *bairro rural*<sup>2</sup> Rio Verde, do município de Caldas. Apesar da ida para o sul mineiro ter sido impulsionada por um conflito entre duas lideranças kiriri, os irmãos Maria Kiriri e Adenilson, o desejo de viver na região se deu, sobretudo, diante das dificuldades que enfrentavam no oeste da Bahia: a falta de trabalho, a *secura da terra* e a infertilidade das relações que ali produziam.

Para permanecerem na terra que desejavam, desde que chegaram ao sul de Minas Gerais, os Kiriri do Acré – que antes de darem início ao processo de *resgate da língua indígena* se autodenominavam Kiriri do Rio Verde – empreenderam negociações e tentativas de alianças de toda ordem entre humanos e outros-que-humanos<sup>3</sup>, tais como *encantados*, *ancestrais tapuias* e antigos moradores da terra que hoje habitam. As negociações e alianças, como veremos, são firmadas pelos caminhos percorridos pelos Kiriri do Acré e podem ser percebidas na *terra verde*, forma como muitos se referem à terra habitada no sul mineiro.

Quando andamos pela *terra verde*, somos convidados a olhar as árvores frutíferas, como o jenipapeiro (*Genipa americana*), e plantas medicinais localizadas nas hortas, como o capim-caboclo (*Davilla rugosa*), que os Kiriri do Acré ganharam de pessoas que conheceram em suas andanças. Somos impelidos a olhar para as roseiras, plantas e árvores que *viram* por onde *andaram* e retiraram parte delas para replantar em sua terra no sul de Minas Gerais. Ainda, olhar para a terra onde habitam os Kiriri do Acré é também olhar para as relações com o oeste da Bahia: em jardins e hortas replantaram o cajueiro (*Anacardium occidentale*), a sabugueira (*Sambucus nigra*) e o mastruz (*Dysphania ambrosioides*) trazidos da aldeia Kiriri de Barra; também a juremeira (*Mimosa tenuiflora*), importante árvore de cuja entrecasca faz-se o vinho da jurema – bebida utilizada sobretudo durante a *ciência*, o mo-

mento de contato com os *encantados*, que são importantes seres que habitam o cosmo. Da raiz dessa mesma árvore produz-se o paú, cachimbo utilizado também durante a *ciência*<sup>4</sup> e o *toré*, a *brincadeira* realizada mensalmente, em noites de sábado.

Ver grandes árvores, plantas e flores por onde *andam* e com elas interagir levando seus frutos e mudas para a aldeia não é incomum para muitas pessoas que vivem na aldeia Ibiramã Kiriri do Acré<sup>5</sup>, tampouco é a única maneira de se relacionar com a paisagem, que se apresenta como algo vivo, como demonstraremos neste artigo. Em certa medida, então, pensaremos as andanças dos Kiriri pelo mundo e a construção de seu território no sul de Minas Gerais, a partir da proposta de Tim Ingold (2015) de que habitar o mundo é também por ele circular e, no caso dos Kiriri do Acré, fazer circular elementos que compõem paisagens. Ainda segundo este autor (2015, p. 121), “as pessoas são conhecidas e reconhecidas pelas trilhas que deixam atrás de si”.

Este artigo busca demonstrar, portanto, como os Kiriri do sul de Minas Gerais percebem e interagem com as paisagens. Para refletir, caminharemos com Ingold (2015), quando ele propõe que o mundo não é um substrato inerte sobre o qual os seres vivos se movem, em que artefatos e paisagens são cenários, e com Tsing (2019), quando percebemos que destroços, demolição e ruínas são parte de um mesmo movimento de reconstrução, de regeneração e de vida. Os Kiriri demonstram, nesse sentido, que paisagens são apreendidas como algo vivo, com o que podem e devem interagir, em uma terra de possíveis, que os convida a *começar de novo*. Assim, para falarmos de paisagens para os Kiriri do Acré, precisamos falar também dos caminhos percorridos por essas famílias.

## RUMAR PARA O SUDESTE: *ANDAR* E NEGOCIAR

Quando *entraram para a terra*, em março de 2017, os Kiriri do Acré não sabiam que o espaço por eles ocupado, delimitado por quatro lanças *abençoadas*, somavam 39 hectares no *bair-*

4 Apesar de contarem com duas juremeiras em sua aldeia, os Kiriri preferem buscar o vinho da jurema já preparado na aldeia de Barra, em Muquém do São Francisco.

5 Nome dado pelos Kiriri do Acré à terra que habitam no sul de Minas Gerais.

6 Como veremos adiante, as quatro lanças foram colocadas a pedido dos encantados de forma a demarcar a ocupação realizada pelos Kiriri no sul de Minas Gerais.

ro Rio Verde<sup>6</sup>. A terra, que totaliza 60 hectares, tem como seu proprietário legal o estado de Minas Gerais. A ocupação da área aconteceu em uma madrugada chuvosa de uma segunda-feira, quando, lideradas pelo cacique Adenilson, 16 famílias kiriri ergueram ali barracas de lona preta para se abrigarem. Sobre aquela madrugada, contam que não dormiram, ouvindo e sentindo a chuva que invadia as barracas, e com medo de alguma ação violenta dos moradores da região, que ainda não os conheciam. As lembranças daquele dia são narradas a partir das sensações: a água que os molhava, o som do gado pisando ao longe, o frio e o medo.

A saída dessas famílias de Muquém do São Francisco/BA se deu após um conflito entre o atual cacique kiriri do sul de Minas Gerais, Adenilson, e sua irmã, Maria Kiriri, cacique da aldeia Kiriri de Barra<sup>7</sup>. Entretanto, essa não foi a única razão. O movimento em direção ao sul de Minas Gerais também diz respeito às escassas oportunidades de trabalho no oeste da Bahia, às secas do Rio São Francisco, à dificuldade de plantar e colher naquela terra. *A secura da terra* no oeste baiano parece dizer respeito também ao desgaste e então infertilidade das alianças ali estabelecidas.

Desde o primeiro momento da ocupação, as famílias kiriri que rumaram para o sul de Minas Gerais iniciaram a *luta pela terra* que desejavam habitar. O casal de lideranças, Adenilson e Carluisa, se empenhou em construir relações locais. Com a ajuda dos *amigos*<sup>8</sup> e vizinhos doando cobertores, roupas, lonas e apoio de diversas ordens, as lideranças deram início a um intenso processo de circulação na região, buscando *ajuda* nos Ministérios Públicos Estadual e Federal, na paróquia local e na diocese regional, em universidades públicas, e em uma sorte de lugares por onde passavam e encontravam *pessoas que queriam ajudar*, formando uma verdadeira *rede de apoio regional de luta pela terra*.

Entre os anos de 2017 e 2020, e com seis mandados de reintegração de posse expedidos pelo Estado de Minas Gerais não efetivados, em diversas oportunidades os Kiriri se deslocaram do

7 Para compreender melhor o conflito, cf. Henrique (2019). É preciso esclarecer que, após a resolução do conflito, com a saída de Adenilson e as famílias que desejavam acompanhá-lo a aldeia Kiriri de Barra, a relação entre os irmãos e os parentes e amigos que vivem no sul de Minas Gerais e no oeste baiano é de cooperação política, cuidado e amizade.

8 Para melhor compreender a categoria *amigo* no contexto kiriri, ler Henrique (2019).

sul mineiro para Belo Horizonte, para participar de negociações acerca de sua permanência na terra na Cidade Administrativa, sede do Estado mineiro, com representantes do estado de Minas Gerais. Tais reuniões foram oportunidades para que os Kiriri ampliassem sua *rede de apoio* e conhecessem representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de representantes de diversas Organizações não governamentais. Ainda, foi em uma dessas oportunidades que conheceram lideranças de outros povos indígenas que também reivindicam terras ao estado de Minas Gerais, tais como os Pataxó, que habitam uma terra localizada no município de Açucena/MG, e os Kamakã Mongoió, que habitam uma fazenda na região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse sentido, ainda que incitados pelo governo do estado de Minas Gerais, os encontros realizados em Belo Horizonte foram importantes para, além de negociar a permanência dos Kiriri na terra, fundamentar relações de aliança com muitos outros sujeitos.

Desde quando *entraram* para a terra, os Kiriri deram início a uma transformação para que aquela parcela do espaço constituísse seu território, em que *andar* e negociar foram fundamentais. Para compreender como tal transformação, dinâmica e constante, acontece, é preciso lembrar do que nos diz Pietrafesa de Godoi (2014), quando argumenta que territorialidades são, para além de plurais, processos de construção de territórios, ou seja, apropriação, controle, uso e atribuição de significados a uma parcela do espaço. Assim, construir territórios é também construir espaços de vidas, não alheios às relações sociais. O território, portanto, não é uma construção acabada, estando em constante conformação (PIETRAFESA DE GODOI, 2014).

Antes de darem início às negociações com o estado de Minas Gerais, em meados de 2017, foi durante a primeira *ciência*, realizada logo nos primeiros dias da *entrada para a terra* que, através do *encantado* Chefe da Mata, os Kiriri negociaram sua estadia com o *verdadeiro dono* da terra, um velho *ancestral Ta-*

9 Contam os Kiriri que “tapuias” são os índios que não aceitaram ser escravizados, que lutavam por sua liberdade no período colonial. Pompa (2003) demonstra que a categoria “tapuia” aparece, desde os primeiros relatos coloniais, colada à noção de sertão, espaço do imaginário em que a alteridade bárbara vai sendo incorporada à colonização aos poucos, em posição subalterna ao mundo colonial. Feroz habitante do espaço desconhecido do sertão, o “tapuia” é a alteridade humana radical que, ao passo que as aldeias de índios conquistados “descem” para mais perto dos currais, dos engenhos e da palavra missionária, vai se afastando nas mais inacessíveis serras do sertão brasileiro.

10 Diferenças importantes devem ser consideradas entre o *toré* e a *ciência*. Enquanto para a *ciência* o consumo dos vinhos da jurema, do maracujá, da mandioca e do milho é precedente a sua realização, no *toré* deve-se fazer uso obrigatório apenas do vinho do milho. No *toré*, são entoados cantos *fracos*, de modo que os *encantados* não *cheguem* ou *cheguem* apenas para deixar algum recado urgente. Já na *ciência* os toantes são mais *fortes*, de modo que os *encantados* se façam presentes através e junto do corpo daqueles que possuem dom,

*puia*<sup>9</sup> que ali habita *há muitos anos*. A *ciência* é um importante momento em que os Kiriri conversam, se aconselham, recebem proteção e compartilham comida com os *encantados*, seres que também habitam o cosmo. O momento de troca entre os Kiriri e os *encantados* deve acontecer idealmente em meio à mata, morada dos *encantados*, sob uma casa de barro, o *poró*. A primeira *ciência* que realizaram no Rio Verde, no entanto, aconteceu sob a *cabana*, estrutura octagonal, construída ao centro da aldeia, para que pudessem realizar provisoriamente a *ciência* e o *toré*, a *brincadeira* dos Kiriri<sup>10</sup> que deve ser, idealmente, realizada no *terreiro*, espaço aberto localizado em frente ao *poró*. Já naquela primeira *ciência*, o Chefe da Mata que *representa* os Kiriri<sup>11</sup>, responsável também por *despachar* os vinhos do maracujá, da mandioca e do milho ao fim das conversas com os *mestres*, pediu que colocassem uma lança por ele abençoada em cada um dos quatro cantos da terra que habitariam, de forma a demarcar seus domínios diante dos humanos e dos outros-que-humanos.

No acordo firmado entre os Kiriri e o *ancestral Tapuia* estabeleceu-se que os primeiros poderiam construir naquela terra um “lugar de vida” (HENRIQUE, 2019), desde que, em contrapartida, cuidassem das matas da localidade, dos animais que ali vivem, das três nascentes de água circunscritas pelas quatro lanças e do Rio Verde, que dá nome ao *bairro rural* e passa a poucos metros de onde os Kiriri construíram dezoito casas de pau-a-pique, edificadas com bambus encontrados em meio à mata da aldeia e barro pisado pelos homens, além de madeiras compradas na região. Para os Kiriri, tão importante quanto negociar com o estado de Minas Gerais, foi acordar sua estadia com o *verdadeiro dono* da terra. Na negociação com o velho *ancestral Tapuia*, a paisagem não destruída e construída pelos que ali já passaram tornou-se central para que pudessem permanecer na terra e para que sua ocupação fosse legitimada pelo *verdadeiro dono* do lugar.

Os Kiriri nos indicam que negociar, caminhar, conhecer e interagir com o mundo e os diversos seres que por ele circulam é uma forma de habitá-lo. Tal formulação nos leva ao que propõe

Tim Ingold, para quem relações construídas nos caminhos percorridos e as experiências vividas são fundamentais para percepção e compreensão do mundo social:

O conhecer, então, não reside nas relações entre estruturas no mundo e estruturas na mente, mas é imanente à vida e consciência do conhecedor, pois desabrocha dentro do campo de prática – a *taskscape* – estabelecido através de sua presença enquanto ser-no-mundo. A cognição, neste sentido, é um processo em tempo real (INGOLD, 2010, p. 21).

Lovo (2017) também faz uso de tal formulação para pensar o modo de habitar entre os Pankararu que circulam entre o Real Parque, em São Paulo, e a Terra Indígena Pankararu, na aldeia Brejo dos Padres, em Pernambuco. A autora compreende o deslocamento entre aldeia e cidade a partir da noção de “modo de produção de vida” (INGOLD, 2010), ou seja, “um modo específico de viver e habitar” (LOVO, 2017, p. 21). Dessa forma, habitar e conhecer o mundo são movimentos que se realizam através dos deslocamentos mobilizados pelas pessoas, ideia que se aproxima bastante de como os Kiriri habitam o mundo: habitar é andar, conhecer e se relacionar. Como demonstraremos, a transformação da terra que habitam em lugar de morada e a *oportunidade* que aquela terra oferece aos Kiriri para que possam *começar certo* são movimentos que podem ser apreendidos a partir da articulação entre andar, conhecer e se relacionar.

## ANDAR E NEGOCIAR: A *TERRA VERDE*

Apesar de a discussão ter sido o marco da saída de Adenilson do oeste da Bahia, o desejo dessa liderança de viver no sul de Minas Gerais é anterior ao conflito. No ano de 2001, o atual cacique kiriri “*passou um tempo* de mais ou menos dois anos” no sul de Minas Gerais, ajudando os Xucuru-Kariri, liderados pelo cacique José Sátiro e, então aliados dos Kiriri que viviam em

sobretudo de algumas mulheres (HENRIQUE, 2019; 2020). Henrique (2019; 2020) afirma ainda que, apesar do controle para que os *encantados* não cheguem, ao fim da *brincadeira do toré*, quando o vinho do milho é compartilhado pelos presentes, oferece-o também aos *encantados*, aspergindo a bebida no entorno do círculo formado.

11 O Chefe da Mata representa os Kiriri diante de outros seres do cosmo. Para ler mais, cf. Henrique (2020).

12 Para saber mais sobre a aliança firmada entre os Kiriri, liderados por Sr. Domingos, pai do atual cacique kiriri no sul de Minas Gerais, e os Xucuru-Kariri, naquele momento liderado por José Sátiro, cf. Bort Jr. e Henrique (2020) e Henrique (2019).

13 Por ser terra da União pensavam que seu proprietário legal seria o Estado brasileiro.

Muquém do São Francisco<sup>12</sup>, a se estabeleceram no município de Caldas. Foi naquela época que o cacique Adenilson soube, por meio de pessoas que conheceu no período em que trabalhou nas roças de batata da região, de uma terra no Rio Verde que pensavam ser propriedade da União<sup>13</sup>.

Passados dois anos vivendo na região, o cacique voltou para Muquém do São Francisco profundamente marcado pelas experiências que vivera no sul de Minas Gerais, sobretudo acerca da fertilidade da terra e de como aquela paisagem se relacionava com sua percepção: “a terra era toda verdinha”. O cacique conta que, por isso, após a discussão com a irmã, anos mais tarde, imediatamente se lembrou do sul de Minas Gerais: “me interessei por aquela terra, vou atrás dela”. O movimento de saída do oeste da Bahia, realizado inicialmente pelo cacique Adenilson e sua família, foi o elemento mais importante para que as dezesseis famílias que os acompanharam, dias mais tarde, decidissem quem deveria chefiar a nova aldeia: “ele é o cacique, é ele quem tem conhecimento, ele foi quem abriu os caminhos para nós”.

A liderança kiriri costuma dizer com certa frequência acerca da terra que ocupam no sul de Minas Gerais, que, “apesar de ser toda subindo e descendo, é verdinha”, sendo a expressão *subir e descer* uma das diferenças que Adenilson percebe entre o sul de Minas Gerais e o oeste da Bahia. Como conta o cacique:

*aqui [nas terras do Rio Verde], eu falo pra um bocado de gente: “você chegou de Belo Horizonte pra cá, você já vê um cheiro diferente... Pra lá é muita sequeidão. Você anda horas e mais horas na estrada retinha, igual uma linha, retinha. Mas de um lado e de outro é seco, não vê uma folha em cima. Então você fica desesperado, eu mesmo fico desesperado em um lugar daquele. Quando você chega de Belo Horizonte pra cá, você já vê os pastos tudo bonito... Muita plantação de café linda, rapaz. Você chega aqui, você vê olho d’água... Essas nascentes. Em todo lugar que você vê, imagina, tem água correndo dentro... Isso é uma coisa da natureza que ficou e que o bicho homem tá destruindo, mas, hoje, pra gente ter um*



*lugar desse aí, igual nós temos aqui, é tipo um lugar sagrado. Tem que cuidar daquele lugar pro resto da vida. Então é muita diferença”...*

A paisagem, portanto, provoca sensações de toda ordem no corpo: a visão, o cheiro, a beleza dos pastos, a imaginação, o desespero e o movimento provocado pelo relevo da região podem ser compreendidos enquanto linguagem e, assim, são formas de dizer sobre (e com) a paisagem.

Não é apenas o cacique Adenilson que comenta com frequência sobre a coloração da terra ocupada. Certa vez, o jovem pajé Agenilton produzia um desenho da aldeia usando folha A4 e alguns lápis de cor, quando, afastando o papel já colorido de seus olhos, comentou: “olhando assim, é toda verdinha mesmo”, sendo realmente significativa a presença da cor verde na imagem produzida pelo pajé. Para Antonádia Borges (2014), terra deve ser uma categoria observada de acordo com contextos específicos. Como demonstrei em outra ocasião (HENRIQUE, 2019), seguir a *terra verde* dos Kiriri do Acré nos leva à noção de *nossa terra*, que diz muito pouco de um pronome possessivo e muito mais acerca da *ciência da mata*, do *toré* e das relações entre humanos, outros-que-humanos e a própria *terra*.

A compreensão acerca do que é a *terra verde* pode ser mais bem elaborada quando observamos as comparações tecidas entre a *terra* que atualmente habitam e os outros lugares por onde passaram. É o caso, por exemplo, do que disse o cacique Adenilson sobre o *cheiro diferente* ou sobre as *plantações* em oposição à *sequidão*, que causava *desespero*, no oeste baiano. Ainda, certa vez ao abrir a torneira da pia da cozinha, que trazia água diretamente de uma das minas circunscritas nas quatro lanças que demarcavam a *terra* kiriri, a liderança e esposa do cacique, Carluisa, comentou: “essa água aqui, na torneira da cozinha, vem direto da mina... isso aqui a gente não encontra em lugar nenhum”.

Podemos elucidar a categoria *terra verde* também a partir da experiência que os Kiriri tiveram quando decidiram seguir o

14 É importante registrar que a saída desta família de Caldas deu-se após um conflito entre um de seus membros e o cacique da aldeia Xucuru-Kiriri.

conselho de agentes estatais, em meados de 2018, e *andaram* em direção ao Triângulo mineiro, na tentativa de ocupar uma terra no município de Patos de Minas – uma fazenda que tinha como proprietário legal um latifundiário da região -, já ocupada por uma família dos antigos aliados Xucuru-Kiriri, que deixara Caldas naquele ano<sup>14</sup>, por famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e por famílias quilombolas que litigavam parte da fazenda como seu território tradicional.

A ida dos Kiriri para um município quase 600 km distantes do sul de Minas Gerais seria uma tentativa de estabelecer acordo com o estado, que ficou responsável por oferecer suporte material para que aquelas famílias se estabelecessem em barracas de lona em uma terra sugerida pelo governo mineiro. O estado de Minas Gerais, no entanto, não cumpriu a parte dele no acordo estabelecido com os Kiriri, e quase todas as famílias que decidiram sair de Muquém do São Francisco em busca de um “lugar de vida” voltaram para o oeste baiano até que o cacique e sua esposa resolvessem a situação. O cacique e sua família permaneceram no Triângulo mineiro por dois meses, entre abril e junho de 2018, sob *barracos* improvisados com cobertores, lençóis e madeiras encontradas na região, buscando, durante o tempo em que ali viveram, formas de voltar para o sul de Minas Gerais, onde haviam deixado suas casas de barro, muitos móveis e os *amigos* que fizeram no Rio Verde.

O retorno para o sul mineiro começou a se delinear logo no início da ocupação Kiriri no Triângulo mineiro. Ao contrário do que aconteceu no Rio Verde, o *verdadeiro dono* da terra que ocuparam não permitiu que ali estabelecessem morada. Apesar de não conseguirem realizar a *ciência*, já que não havia matas próximas à terra recém-ocupada, realizaram uma *experiência* sob o *barraco* onde residia o cacique e sua família, já que “na situação em que estavam” precisariam manter algum contato com seus *ancestrais e encantados*. Reunidos ao centro do *barraco*, concentraram-se, como é necessário fazer para que os outros-que-

-humanos<sup>15</sup> possam *chegar*, quando rapidamente um *caboclo encostou* na esposa do cacique<sup>16</sup> e logo “mandou chamar o dono da localidade, um velho quilombola, ancestral dos quilombolas que ali viviam”. O *velho*, por sua vez, disse aos Kiriri que não poderiam permanecer e que, em breve, informaria quando deveriam sair. Além de não poderem constituir morada naquele lugar, não poderiam *mexer na terra*: caçar e plantar foram restrições impostas pelo *verdadeiro dono*.

Os Kiriri do sul de Minas Gerais contaram-me, ainda, que além de cumprirem sua parte no acordo deixando aquela terra, também não gostariam de permanecer na região. A ausência de matas para a realização da *ciência* e a terra muito seca eram características marcantes do lugar: “você cava, cava, cava e não encontra a terra molhada”, dizia o cacique Adenilson. No Triângulo mineiro, a vida sob *barracos* improvisados, o não reconhecimento da ocupação por parte do *verdadeiro dono* da terra, a impossibilidade de caçar, pescar, plantar e de trabalhar eram fatores que incomodavam muito as famílias kiriri, que se deslocaram do oeste da Bahia em busca de um local que pudesse ser transformado em seu lugar de trabalho, afeto e significação, ou seja, em sua *terra*.

Quando decidiram retornar para o sul de Minas Gerais, contataram seus *amigos e vizinhos* do Rio Verde que, naquela altura, já estavam recolhendo assinaturas na região para que o Ministério Público Estadual ajudasse os Kiriri a voltar para a *terra* que desejavam viver. Foram os *amigos e vizinhos* também que mobilizaram um caminhão e um motorista que pudesse buscar os pertences dos kiriri no Triângulo mineiro e arrecadaram algum valor em dinheiro para que pudessem arcar com os gastos da viagem de volta. Além de não estabelecerem um acordo com o *verdadeiro dono* da terra no Triângulo mineiro, os Kiriri me disseram ainda que sentiam muita saudade do *povo do Rio Verde*, referindo-se aos moradores do *bairro rural* e contavam que uma daquelas famílias, que os ajudara desde o primeiro momento,

15 Os *encantados* são seres fundamentais no cosmo. No entanto, o mundo é composto por uma diversidade de seres que podem ou não se manifestar durante a *ciência*, tais como os caboclos ou o filho da flor do maracujá, um ser que, por não possuir parentes com quem poderia andar pelo mundo, seria batizado na aldeia, com a *benção dos encantados*.

16 Para compreender melhor categorias como *encostar* ou *chegar*, cf. Henrique (2020).

quando entraram para a terra em 2017, fazia ligações diárias para saber como estavam, disponibilizando-se cotidianamente para ajudarem-nos a retornar à *terra*. Com a ajuda dos *amigos* que fizeram no Rio Verde, os Kiriri retornaram ao sul de Minas Gerais, com a certeza de que deveriam dar continuidade à *luta* pela *terra verde*, para ali permanecerem.

Nos primeiros dias após o retorno do caíque e sua família para o Rio Verde, as famílias que estavam no oeste da Bahia também começaram a retornar. Pouco tempo depois, finalmente decidiram que era o momento de construir o *poró* e assim estabelecer uma relação mais profunda com a mata da localidade, já que dali não saíam mais. Ao contrário das tratativas anteriores, a reunião com o estado de Minas Gerais, realizada posteriormente ao retorno para o Rio Verde, foi marcada pelas palavras duras de Carliusa:

E que vocês coloquem aí desde já que o presidente da “mesa” tem 18 dias para resolver a situação dos Kiriri do Rio Verde<sup>17</sup>, porque o que acontecer dentro daquela aldeia, quem vai ser o responsável vai ser o Estado. Pode ir polícia para lá, mas vocês se preparem porque naquela aldeia vai correr sangue. Agora nenhum índio vai sair de lá de dentro [...]

17 Os 18 dias mencionados pela liderança diziam respeito ao prazo que as famílias kiriri teriam para desocupar a terra, segundo ordem judicial expedida no mês de setembro de 2018.

Os Kiriri tinham clareza que da *terra verde* não saíam e, por isso, continuaram sua busca por apoio político e alianças locais e regionais. Em 2021, com a atuação de advogados locais e regionais, diversas entidades governamentais e não governamentais e deputados estaduais, os Kiriri conseguiram firmar um acordo com o estado mineiro e, *com muita luta e ajuda dos mestres encantados e amigos* que fizeram pelo caminho, conseguiram a aprovação da Lei n. 23758, de 06/01/2021, que autoriza a doação dos sessenta hectares, legalmente pertencentes ao estado de Minas Gerais, para as famílias Kiriri do Acré. Quando receberam a notícia da aprovação da lei que possibilita a regulamentação da terra que ocuparam em 2017, decidiram que a aldeia, a partir

daquele dia, se chamaria Ibiramã, palavra tupi-guarani que pode ser traduzida como “terra da fartura”. Apesar da vitória, as lideranças da aldeia dizem que se sentirão tranquilos apenas quando o processo estiver completamente finalizado.

A relação dos Kiriri com a terra que habitam no sul de Minas Gerais nos faz lembrar Antonádia Borges (2014, p. 432), quando afirma que “terra é um conceito que, a despeito de sua suposta transparência de significado, evoca conflitos de ordem tanto interpretativa quanto política”. As relações de apoio e aliança firmadas no Rio Verde e as não firmadas no Triângulo mineiro foram fundamentais para que os Kiriri retornassem a *terra* do sul de Minas Gerais e para que conquistassem *sua terra*. Como vimos, foram também as relações firmadas e não firmadas em Muquém do São Francisco que impulsionaram a busca por outra terra.

Muitas pessoas que vivem hoje no Rio Verde contam que a relação entre os Kiriri de Muquém do São Francisco e a *política* local é muito próxima, de forma que o apoio das famílias que vivem na aldeia de Barra a determinados candidatos, em época de eleições, é importante para garantir uma boa relação com a prefeitura municipal. Em momentos antecedentes às eleições municipais, muitos candidatos *chegavam para conversar e para pedir voto*, o que incomodava o cacique Adenilson. Incomodava também que moradores da aldeia Kiriri de Barra dependiam de empregos na prefeitura e que a Escola Municipal Indígena Kiriri, localizada na aldeia, empregava professoras e professores não indígenas, concursados da prefeitura.

Com as experiências anteriores, é na *terra verde* que, como afirmam constantemente, os kiriri podem *começar tudo de novo e fazer o certo* e, por isso, devem estar atentos, por exemplo, ao ensino na escola, onde agora podem *resgatar a língua*<sup>18</sup> e a forma como constroem suas relações com os humanos e os outros-que-humanos que também habitam o mundo.

A ideia de reconstituir e reconstruir o mundo, para os Kiriri do Acré traduzida em *começar de novo* naquela terra, não é ex-

18 Com a ajuda dos encantados e dos antigos moradores da *terra* que habitam no Rio Verde, também a partir dos esforços da professora Roseni Ramos e das relações que firmaram a partir do sul de Minas Gerais, os Kiriri têm estudado a *língua*, o Tupi-Guarani, de forma a *resgatar o que foi perdido*. Para saber mais sobre o processo de *resgate da língua*, cf. Henrique e Ramos (2021, no prelo).

clusiva dos habitantes da *terra verde*. Assim, como demonstram Henrique e Ramos (2021, no prelo), construir o território kiriri no sul de Minas Gerais da maneira *certa* faz parte do plano de *manter a cultura viva e de resgatar o que foi perdido*. Em diversos trabalhos (CARDOSO, 2016; MORAES, 2017; TSING, 2019; MACIEL, 2020; entre outros) também é possível verificar que um “novo mundo”, para fazer uso da expressão mobilizada pelos Pataxó que habitam o sul da Bahia, está surgindo ou precisa surgir a partir de ações concretas e alianças com uma infinidade de seres humanos e outros-que-humanos.

Na tentativa de compreender como esses pataxós que habitam a aldeia Barra Velha, no Monte Pascoal, vivem após o “fim do mundo”, Cardoso (2016) demonstra quais habilidades e cuidados empregados por múltiplas formas de vida que se encontram em suas práticas de fazer paisagem. Dessa forma, vemos como os Pataxó deixam claro a “importância das práticas de andar, dos movimentos, do afeto à terra, dos encontros e negociações com os donos dos lugares, das relações de parentesco e nas práticas do fazer seus lugares vitais” Cardoso (2018, p. 30). Assim, é possível afirmar que há entre as famílias da aldeia uma política do habitar, com formas distintas de se engajar no mundo e conhecê-lo em um mundo constituído de encontros. Em seu trabalho, o autor demonstra como os Pataxó do Monte Pascoal revivem as malhas dos lugares e tornam mais habitáveis paisagens cercadas, arruinadas e confusas, “retomadas em um mundo dividido (material e conceitualmente)” Cardoso (2018, p. 24). Já para os Kiriri que habitam o sul de Minas Gerais, o mundo deve ser reconstruído nesse novo lugar que, oportunamente, os oferece condições materiais e conceituais para que uma nova experiência de habitar aconteça.

No livro “*Há um mundo por vir?*”, Danowski e Viveiros de Castro (2014) argumentam que diversos mundos de muitos povos indígenas acabaram com a chegada dos europeus. A partir daí, devastados pela violência colonial, os povos indígenas que

aqui habitam tiveram que manter um pouco do mundo que lhes restou, lutando para que continuassem a existir e fazer seu mundo resistir. Como demonstra Cardoso (2016), os Pataxó revivem paisagens devastadas, com a vida e com a morte. Pensamos que no caso dos Kiriri, a busca por uma terra nova, uma *terra toda verdinha*, é também a chance de reconstruir, em um lugar novo, aquilo que restou ou, nas palavras da professora Roseni, *resgatar o que ainda tem, e manter viva a cultura*.

Nesse sentido, o cacique Adenilson acrescenta que, apesar do “bicho homem ter destruído bastante”, os kiriri devem cuidar daquilo que sobrou, daquilo que ainda existe na terra que hoje habitam, que foi preservada por aqueles que ali viveram como é o caso, por exemplo, do *velho tapuia*. Com ajuda dos encantados, os Kiriri aprendem toantes e palavras na *língua indígena* durante a *ciência*. Muitas vezes, são também esses seres que ajudam o pajé a compor canções, orgulhosamente produzidas *já no Rio Verde*, e que fazem parte do repertório da *ciência* ou do *toré*. São os seres que ali viveram que cuidaram da *terra verde* e preservaram *o que sobrou*, deixando que os Kiriri ali habitassem, pois *os índios sabem bem cuidar das matas e águas da terra*. A *terra verde* já estava em alguma medida preparada por aqueles que ali já estiveram, ancestrais e habitantes outros-que-humanos, para receber aquelas famílias e transformar e ser transformada no lugar de vida kiriri. De forma que “os humanos seriam um entre vários agentes históricos [...] compondo os ritmos polifônicos da paisagem, isto é, a atuação de múltiplas histórias conjuntas” (TSING, 2019, p. 130), em uma paisagem dinâmica, um emaranhado de vidas que se relacionam entre si.

Os *encantados*, por sua vez, são importantes outros-que-humanos que, além de *chegar* na *ciência*, podem ser percebidos no dia a dia da aldeia através do cheiro do fumo ou de uma brisa, ou ainda através de folhas que se mexem de forma estranha ou de barulhos desconhecidos em meio à mata. Os Kiriri também dizem que *encantados* são propriamente *como* o vento: *estão em*

*todos os lugares*. Levando tais considerações ao limite, nos encontramos com as organizadoras e os organizadores do livro *Vozes Vegetais*, Cabral de Oliveira, Amoroso, Morim de Lima, Shiratori, Marras e Emperaire (2020), quando lembram no manifesto que introduz a coletânea de artigos que “plantas são trilha e morada de outros seres”. No caso dos Kiriri, pensamos que além das plantas, folhas, cheiros, a terra e o vento são também trilhas para encontrar outros seres. Seguindo essas trilhas, pensamos com Tim Ingold quando afirma que

em vez de pensar no mundo habitado como composto dos hemisférios mutuamente exclusivos do céu e da Terra, separados pelo chão, é preciso assistir [...] aos fluxos do vento e do tempo. Sentir o ar e andar no chão não é fazer contato tátil externo com o nosso entorno, mas se misturar a ele (INGOLD, 2015, p. 179).

A *terra verde*, portanto, diz respeito a uma noção de paisagem ampliada, em que a terra é *boa para plantar*, para trabalhar e para realizar a *ciência* e o *toré*. É na *terra verde* que podem também *resgatar a língua, começar de novo e do jeito certo* e, assim, promover acordos de apoio mútuo e relações frutíferas. Ou, como afirmei alhures (HENRIQUE, 2019, p. 121), a *terra verde* pode ser apreendida como “um espaço para plantar, para morar e para sonhar, no sentido do desejo vivo, do anseio, é de fato o que os Kiriri almejam”.

Para o contexto Melanésio, Marilyn Strathern (2009) argumenta que a noção de terra pode ser pensada como um recurso que produz recurso e, por isso, sugere a autora, deve ser pensada antes como criatividade, sendo os produtos dela suas criações. Strathern afirma que, em alguns contextos, observamos a coexistência de uma terra de capacidades tangíveis e intangíveis. Esse é o caso da terra kiriri, no sul de Minas Gerais. A terra é tangível quando é capaz de gerar alimentos como o milho plantado e colhido nas terras sul mineiras, mas também se apresenta na



qualidade de terra intangível quando é expressa enquanto terra de relações, sendo produtos de sua criatividade, por exemplo, as canções orgulhosamente compostas *na terra*. Assim, a *terra* para os Kiriri não é um objeto a ser manipulado, mas uma coisa repleta de vida – aqui no sentido proposto por Ingold (2012, p. 29), em que uma coisa é um “agregado de fios vitais” um “lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam”, que também ajuda transformar os Kiriri em povo Kiriri do Acré.

## PAISAGENS, CAMINHOS E ALIANÇAS

Para falar de como os Kiriri constroem esse “novo mundo”, além dos autores já citados até aqui, podemos pensar em estudos em diferentes contextos, como as pesquisas desenvolvidas acerca da paisagem amazônica. É importante lembrar que desde os estudos de ecologia histórica desenvolvidos por Balée (1993,1994) a partir da combinação de dados arqueológicos, botânicos e linguísticos, sabe-se que ocupações humanas e o desenvolvimento de suas atividades são, em grande medida, responsáveis pela biodiversidade amazônica. Assim, afirma Cabral de Oliveira (2016), ao contrário do que aponta o senso comum, boa parte da Amazônia não seria um berço de natureza intocada, mas sim floresta antropizada. Nesse sentido, Laura Furquim (2020, p.127) afirma que

a ação humana no manejo da floresta alterou, além das características de algumas espécies [...], a própria composição da floresta, resultado de uma longa sequência histórica que envolveu a criação de quintais e pomares, rocados, áreas de coleta e diversas formas de cultivo/domesticação da paisagem.

Dessa forma, sabemos que paisagens, ainda que remetam a uma ideia de natureza intocada, são construídas por ações de diversos seres que por ali transitam. Além disso, muitos trabalhos

19 As construções da aldeia Ibiramã Kiriri do Acré possuem esse formato, pois em uma de suas viagens para Brasília nos anos de 1990 o cacique Adenilson observou o mapa da T.I. Kiriri nas mãos de Manoel, uma importante liderança dos Kiriri de Banzaé/BA, e se surpreendeu com o formato do “chapéu de sol”, como é conhecida o mapa de demarcação da *aldeia-mãe*. O cacique do Sul de Minas conta que, já na aldeia Kiriri em Muquém do São Francisco, seu pai, o velho pajé Sr. Domingos, edificava construções que seriam usadas de forma coletiva em formato octogonal, contudo deixava uma madeira ao centro do octógono, de forma a segurar a construção. Em uma outra viagem à Brasília, quando observou outra construção em formato octogonal, o cacique dos Kiriri do Acré percebeu que não precisaria deixar uma madeira ao centro da edificação, já que o peso das telhas seria distribuído nas oito toras de madeira laterais. Interessante notar como o conhecimento é adquirido *nas andanças e nos lugares* e que, como é o caso, foi levado para o Sul de Minas Gerais, colocando-o em prática na aldeia Ibiramã Kiriri do Acré<sup>19</sup> (HENRIQUE e RAMOS, 2021, no prelo).

contribuíram para a compreensão de que paisagens podem dizer também de redes de parentesco e de relações com uma miríade de seres outros-que-humanos (GOW, 1995; FAUSTO, 2001; CABRAL DE OLIVEIRA, 2012; SMITH & FAUSTO, 2016; FURQUIM, 2020 e tantos outros). No trabalho de Peter Gow (1995), somos convidados a olhar a paisagem através dos Piro e, dessa forma, nos vemos impossibilitados a compreender a Amazônia como uma paisagem distante do observador. Argumenta Gow (1995) que quando veem sua terra, os Piro veem as relações de parentesco geradas por ela e, para produzir parentesco é preciso que trabalhem a terra. É importante considerarmos trabalhos como esse, para falar de como os Kiriri interagem com o mundo e constroem paisagens.

Quem chega à aldeia Ibiramã Kiriri do Acré logo avista as dezoito casas construídas com terra, água e madeiras encontradas no sul de Minas Gerais, distribuídas pelo território em duas *ruas* paralelas, de forma linear, pouco distantes umas das outras. No centro da aldeia, é possível avistar a *casa da cultura*, construída recentemente, e a *cabana*, ambas estruturas octogonais<sup>19</sup>, construídas em colaboração por todos os moradores, sobretudo pelos homens.

Inicialmente construída com madeira e folhas de palha da região, e atualmente *reformada* com madeiras de eucalipto e telhas translúcidas compradas com dinheiro arrecadado entre as famílias da aldeia, a *cabana*, inicialmente utilizada para a *ciência e o toré*, agora abriga o pátio da Escola Estadual Indígena Ibiramã Kiriri do Acré, composta por três estruturas retangulares, também de barro, madeiras e bambus, que somam seis salas de aula, uma cozinha e um almoxarifado. Atualmente, portanto, a escola e a *cabana* se tornaram ponto de encontro entre alunos e professores, e onde atividades coletivas relacionadas à escola ou como assembleias, reuniões e até mesmo missas realizadas pelos párocos locais podem acontecer.

No final do outono de 2021, ao fundo da escola, o cacique *comandou* uma forma de manejo do fogo: alguns homens fo-

ram chamados para que acendessem pequenos focos de fogo nas margens da área que gostariam de *limpar*, de forma que os focos fossem direcionados ao centro daquele espaço delimitado e ali parassem de queimar. Cada um dos homens estava responsável por um pequeno foco, acompanhando em uma distância segura a ação do fogo, para que não se alastrasse por outras áreas da mata. Na ocasião, os outros moradores da aldeia acompanhavam de longe a queimada. O objetivo dos focos de incêndio era preparar a área para transformá-la em campo de futebol e outros esportes, e para que cobras, encontradas com frequência pelas crianças na escola e por moradores em outras partes da aldeia, saíssem de seus esconderijos e fossem embora. A medida foi tomada sem descumprir o acordo que fizeram com o *encantado Cobra Coral, mestre* das cobras, com quem negociaram uma estadia segura no Rio Verde, de modo que o *encantado* não permitisse que as cobras que ali vivem atacassem qualquer morador da aldeia.

Como já dissemos até aqui, a *terra verde* parecia estar de alguma forma preparada para receber as famílias kiriri. Todavia, os Kiriri também se sentiam convidados e autorizados a transformar aquela terra em sua morada. Assim, construir casas, salas de aula, *cabanas* e a *casa da ciência*, ou mesmo manejar o fogo, tornam-se maneiras de transformar a paisagem, fazendo daquele lugar *sua terra*.

Além das construções e transformações, os Kiriri constroem seu território fazendo circular as plantas: por onde passam, muitas pessoas que vivem no sul de Minas Gerais observam o seu entorno e carregam consigo sementes e mudas de plantas e de árvores frutíferas das mais variadas para serem replantadas na terra que habitam. É o caso, por exemplo, de quando estiveram no Triângulo mineiro e por lá encontraram o açafraão-da-terra (*Curcuma longa*), herbácea incomum no sul de Minas Gerais, cuja raiz pode ser utilizada para preparar alimentos. Apesar de não usarem com tanta frequência em seus preparos alimentares, levaram algumas raízes para que pudessem plantar no sul mineiro.

Em frente aos jardins de muitas casas de barro, notamos várias espécies diferentes de plantas trazidas de lugares por onde *andam*. Quando homens ou mulheres vão até a margem do Rio Verde, onde ocasionalmente pescam, ou na mata, onde muitos homens caçam, e por ali notam alguma flor que consideram bonita ou uma planta majestosa, tal como uma orquídea (*Orchidaceae*) florida ou uma costela-de-adão (*Monstera deliciosa*), retiram parte da planta para replantar nos jardins de suas casas. Eles afirmam que é no meio da mata que as plantas ficam mais bonitas, quando crescem e florescem sem intervenção humana<sup>20</sup>. No entanto, com cuidado e *tempo* dedicado a elas, podem ajudá-las a crescer e florescer bonitas, ainda que não tanto quanto em meio à mata. O tempo dedicado aos jardins e hortas da aldeia é fundamental para que cuidem corretamente das *criações*. Exemplo de tal dedicação pode ser notado quando o cacique Adenilson decidiu que se absteria de algumas aulas que leciona na escola para que *sobrasse tempo* para cuidar de suas plantas e animais.

Nos jardins e hortas também encontramos as relações com o oeste baiano: o cajueiro (*Anacardium occidentale*), a sabugueira (*Sambucus nigra*), a folha-santa (*Bryophyllum pinnatum*), a babosa (*Aloe vera*) e o mastruz (*Dysphania ambrosioides*), muitas delas plantas medicinais levam do oeste da Bahia para o sul de Minas Gerais. Em troca das plantas que levam de Muquém do São Francisco, os Kiriri do Acré habitualmente presenteiam os parentes e amigos da aldeia Kiriri de Barra com o Beijinho (*Impatiens parviflora*), planta que prefere solo úmido e, por isso, é muito comum no sul de Minas Gerais e incomum no oeste da Bahia. Segundo dizem, as mulheres da aldeia de Barra adoram quando as mulheres que habitam o sul mineiro as presenteiam com a planta. Pensamos, portanto, que as hortas e jardins da aldeia Kiriri Ibiramã do Acré podem ser tratadas, conforme sugere George McKay (2011), como expressões políticas que dizem respeito aos usos da terra em diferentes contextos. Para o autor, jardins e hortas seriam então percebidos como expressões de uma

20 Entendemos que a relação com as plantas que podem ser retiradas da mata e replantadas na aldeia e a diferença estética existente entre elas são importantes contribuições para compreender como os Kiriri se relacionam como o mundo. Quando os dados etnográficos nos permitirem, faremos um aprofundamento sobre esse tema.

política “contra hortacultural”. No caso dos Kiriri, ao olhar para as plantas dos jardins e hortas da aldeia, nos damos conta de que há ali uma forma de habitar o mundo: *andando* por ele, conhecendo pessoas e consolidando alianças de toda ordem.

Como dito anteriormente, é bastante comum moradores da aldeia comentarem orgulhosamente que ali há uma planta trazida da Cidade Administrativa, a sede do governo estadual de Minas Gerais. A planta foi levada para a aldeia no sul mineiro por uma professora kiriri que, ao avistar as flores que ornamentavam a sede do governo, decidiu retirar parte de seu rizoma para replantar no Rio Verde. O hábito de *pegar para replantar* ficou evidente também quando visitaram pela primeira vez os *quilombolas de Caldas*, que vivem na comunidade Barreirinho, zona rural do município, e que ainda buscam reconhecimento de sua tradicionalidade diante do poder público. Naquele primeiro contato com as famílias que vivem no Barreirinho, o cacique Adenilson, as lideranças Carliusa e Roseni, bem como a *anciã kiriri*, Dona Alzira, diziam que as famílias que ali viviam deveriam *correr atrás do direito, buscar conhecimento em Belo Horizonte*, onde as portas estavam abertas para eles e não contar somente com o poder público municipal. Ao final da conversa, Roseni perguntou aos recém-conhecidos se não poderia levar uma rosa vermelha (*Roseira-grandiflora*) da roseira de uma das casas da comunidade para replantar na aldeia. Ainda um pouco desconfiada, a moradora do Barreirinho pegou uma faca e retirou parte da planta para entregar a Roseni que, como prometido, a replantou na aldeia. Poucos dias depois dessa visita, a moradora que havia entregado aquela planta para Roseni, pediu que levassem até a aldeia os sabonetes de glicerina que ela produz, para que Carliusa e Roseni pudessem comprar a quantidade que desejassem e assim foi feito. Desde então, as lideranças Kiriri e as moradoras e moradores do Barreirinho têm realizado visitas constantes uns aos outros, agora com uma diferença: os encontros são marcados por cafés, quitutes e almoços.

A partir das trocas, portanto, os Kiriri estenderam ainda mais sua rede de relações no sul de Minas Gerais, dessa vez, como diziam, *retribuindo* a ajuda que receberam de outras pessoas logo quando *entraram para a terra e oferecendo ajuda pra quem precisava*. A primeira vez que estiveram no Quilombo Barreirinho, os Kiriri levaram alguns alimentos que arrecadaram entre os moradores da aldeia durante a Semana Santa e para doarem em uma boa ação, o que aconteceu mediada por um dos moradores da aldeia que trabalhava com um dos moradores do Barreirinho. Além dos alimentos, o cacique dizia que a visita seria uma oportunidade para trocarem *conhecimento* para que pudessem, como afirmou, *conhecer o lugar deles para que eles pudessem conhecer nosso lugar*, de forma que pessoas e lugares, compostos por plantas, ventos, flores, árvores frutíferas e muitos outros elementos, parecem fazer parte de uma mesma condição.

É importante ressaltar que no território kiriri estão inscritas as relações produzidas pelo caminho. Quem passeia pela aldeia também pode notar dois pés de jenipapo (*Genipa americana*), presentes que receberam do representante da Comissão Pastoral da Terra em visita à aldeia e que futuramente darão frutos com os quais poderão pintar seus corpos. Também encontramos uma jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*) e uma cidreira (*Melissa officinalis*), presentes dados por moradores de Caldas, ligados à Aliança em Prol da Pedra Branca, importante organização regional aliada dos Kiriri na *luta pela terra*. Ao fundo da casa do cacique, encontramos o capim-caboclo (*Davilla rugosa*), erva utilizada como defumador durante a *ciência*, um presente do cacique da aldeia Pataxó, de Açucena/MG.

Dessa forma, circular pelo mundo é também transformar a *terra verde* em seu território. Ainda, é importante notar que as plantas também andam e fazem novas moradas em parceria com os Kiriri. Nesse sentido, os Kiriri do Acré parecem nos dizer que plantas, *terra* e vento são elementos que interagem entre si e que ligam os habitantes do mundo, humanos e outros-que-humanos

“em uma malha intrincada” (INGOLD, 215, p. 187), como uma “malha de linhas emaranhadas de vida, crescimento e movimento” (INGOLD, 215, p. 111). Em diálogo com o que propõe Ingold (2015), o que é comumente conhecido como “rede de vida” deve ser compreendido não como uma rede de pontos conectados, mas uma malha de linhas entrelaçadas, assim,

o que temos estado acostumados a chamar de “ambiente” pode, então, ser melhor vislumbrado como um domínio de emaranhamento. É dentro desse emaranhado de trilhas entrelaçadas, continuamente se emaranhando aqui e se desemaranhando ali, que os seres crescem ou “emanam” ao longo das linhas de suas relações (INGOLD, 2015, p. 120).

Inspiradas no que diz este autor, pensamos que os Kiriri se relacionam de um modo aberto e vivo com um mundo em nascimento contínuo, em que seres não fazem parte de um mundo pronto, pré-estabelecido, mas surgem de um mundo em formação a partir das relações que constroem no caminho, *habitando* o mundo de forma que fazê-lo é costurar seus próprios caminhos através da malha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos ao longo deste artigo, caminhar pelo mundo é também interagir com as coisas que nele existem. Sendo “as coisas relações”, como argumenta Ingold (2015, p. 111), podemos considerar que os Kiriri do Acré *andam* pelos lugares conhecendo pessoas e carregando testemunhos de onde passaram e das relações firmadas pelo caminho, construindo assim seu território no sul de Minas Gerais. Assim, jenipapeiros, rosas vermelhas ou plantas entendidas pelo estado de Minas Gerais como ornamentais, não são componentes de uma paisagem, são convites à constituição de relações. De forma que quando olhamos para a *terra verde* não encontramos uma paisagem estática, mas

viva, que nos diz das relações e dos caminhos que aquelas pessoas percorreram.

Em seu trabalho de campo entre os Dayak do Borneu Indonésio, Anna Tsing (2019, p. 82) foi convidada a ver “um palimpsesto de movimentos humanos e não humanos: uma biografia comunitariamente entrecruzada” onde antes via encostas verdejantes. Por isso, ensina a autora, “paisagens são sempre históricas”, afinal, “como as coisas se tornaram desse jeito lá, ou ali?” (Tsing, 2019, p. 82). Contudo, nos lembra, nosso interesse não deve estar concentrado na história enquanto fluxo, mas no “súbito afloramento de uma oportunidade contingente para justaposições estranhas” Tsing (2019, p. 82). Tais ideias propostas por Tsing (2019) nos levam aos Kiriri por meio da história dos humanos e dos outros-que-humanos com quem se entrelaçam pelos caminhos. Quando os Kiriri nos mostram a *terra verde*, vemos, portanto, o tempo em que o *velho tapuia, verdadeiro dono da terra*, ali vivia e, por isso, pôde deixar aquela *terra*, com suas matas e água, para que os Kiriri cuidassem. Falamos também do tempo em que Caniquim – para quem os Kiriri oferecem comida e cachaça, *como ele gosta* – ali viveu. Com a *terra verde* vemos ainda a possibilidade de aspirar ao futuro a partir do presente: *fazer o certo, resgatar a língua e a manter a cultura* são os sonhos ensejados pela *terra verde*, um lugar de possíveis. Os Kiriri demonstram, portanto, que paisagens são um emaranhado de relações entre humanos, plantas, *encantados, ancestrais, ventos* e uma sorte de outros-que-humanos que também habitam o mundo.

## REFERÊNCIAS

- BALÉE, William. *Footprints of the Forest – Ka’apor Ethnobotany*. New York: Columbia University Press, 1994.
- BALÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: CARENIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO,



Eduardo. *Amazônia Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHII, USP, 1993, p. 386-393.

BORGES, Antonádia. Terra. In: *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. ABA/Edufba, 2014, p. 431-441.

BORT Jr., João Roberto; HENRIQUE, Fernanda B. “Cada um em seu lugar”: domínios territoriais Xucuru-Kariri e Kiriri. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 1-26, 2020.

CABRAL DE OLIVEIRA, Joana *et al.* Vegetar o pensamento: manifesto e hesitação. In: CABRAL DE OLIVEIRA, Joana *et al.* (orgs.). *Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo, Paris: Editora UBU e IRD, 2020, p. 11-12.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2014.

DE LA CADENA, M. *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds*. Durham & London: Duke University Press, 2015.

FAUSTO, C. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FURQUIM, Laura P. O acúmulo das diferenças: nota arqueológica sobre a relação entre sócio e biodiversidade na Amazônia antiga. In: CABRAL DE OLIVEIRA, Joana *et al.* (orgs.). *Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo, Paris: Editora UBU e IRD, 2020, p. 125-139.

GOW, Peter. *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*. Oxford: Clarendon Press. 1995.

HENRIQUE, Fernanda B. Por um lugar de vida: os Kiriri do Rio Verde, Caldas-MG. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HENRIQUE, Fernanda B. As múltiplas agências dos encantados: esboço de uma teoria política kiriri. *Antípoda*. Revista de Antropología y Arqueología, Colômbia, v. 41, p. 57-77, 2020.

HENRIQUE, Fernanda B. e RAMOS, Roseni. Os Kiriri do Acré e o resgate da língua indígena. *Policromias* – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, 2021, no prelo.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 24-44, jan./jun. 2012.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LOVO, Arianne Rayis. “Lá, sendo o lugar deles é também o meu lugar”: pessoa, memória e mobilidade entre os Pankararu. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MACIEL, Lucas. “Domar o Museu”, ou a política xamânica do conflito pós-colonial: o Museu Mapuche de Cañete como artefato (Wajmapu, Chile). 2020. Relatório (Qualificação em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MCKAY, George. *Introdução*. In: *Radical Gardening: Politics, Idealism & Rebellion in the Garden*. Londres: Frances Lincoln, 2011.

MORAIS, Bruno Martins. *Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte*. São Paulo: Elefante, 2017.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. Mundos de roças e florestas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v.11, n.1, p. 115-131, jan./abr. 2016.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Raízes*, Campina Grande, v.34, n.2, p. 8-16, jul./dez. 2014.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil Colonial*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: Petrópolis Vozes, 1973.

SMITH, Maira; FAUSTO, Carlos. Socialidade e diversidade de pequis (*Caryocar brasiliense*, *Caryocaraceae*) entre os Kuikuro do alto rio Xingu (Brasil). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v.11, n.1, p. 87-113, jan.-abr. 2016.

STRATHERN, Marylin. Land: intangible or tangible property. In: CHESTERS, Timothy (org.) *Land Rights: the Oxford Amnesty Lectures 2005*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 39-26.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil folhas, 2019.

---

FERNANDA BORGES HENRIQUE – Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS-Unicamp). E-mail: f.borghesh@gmail.com